
Dossiê: A história das mercadorias no mundo pré-industrial:
potencialidades e limites de uma abordagem.

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2023.v29.39864>

**Escravos e Penhorados como “mercadorias” na África Central Antiga?
Sobre o Conceito de Alienação no Baixo Rio Congo (300 AEC – c. 1482)**

*Slaves and pawns as a “commodities” in Ancient Central Africa?
On the Concept of Alienation in the Lower Congo River (300 BCE – c. 1482)*

*¿Esclavos y peones como “mercancía” en la antigua África Central?
Sobre el concepto de alienación en el bajo río Congo (300 a. C. - c. 1482)*

*Marcos Abreu Leitão de Almeida**

<https://orcid.org/0009-0006-3386-7841>

RESUMO: O comércio de escravizados na história da África antiga é um tema controverso na historiografia do continente. Por um lado, historiadores argumentam que estratégias escravistas e o comércio de gentes são práticas antigas no continente ao passo que outros pesquisadores sustentam que a comodificação de seres humanos só se tornou possível com a abertura do tráfico transatlântico de escravos. Recorrendo a evidências linguísticas produzidas a partir do método comparativo, este artigo sugere que a escravização é prática muito antiga entre as populações bantófonas do Baixo Congo, mas que não há evidências que sustentem a existência de um mercado de escravos na história antiga da região.

Palavras-chave: História da África; Escravidão; Linguística Histórica; Baixo Congo.

ABSTRACT: The slave trade in early African history is a controversial topic in the historiography of the continent. On the one hand, historians argue that slaving strategies is an ancient practice on the continent while other researchers maintain that the commodification of human beings only became possible with the opening of the trans-Atlantic slave trade. Using linguistic evidence based

* Marcos L. de Almeida atualmente realiza seu estágio de pós-doutoramento no Nicholas D. Chabreja Center For Historical Studies, Northwestern University. É Mestre História Social pela UNICAMP e Doutor em História da África pela Northwestern University. Realizou estágios de pós-doutoramento na UNICAMP, Univ. de Michigan e Harvard University. Publicou em periódicos de relevância internacional tais como o *Journal of African History* e *Azania: Archaeological Research in Africa*, entre outros. E-mail para contato: marcosrrs21@hotmail.com

on the comparative method, this paper suggests that enslavement is a very old practice among Bantu-speaking populations in the Lower Congo, but there is no evidence of a slave market in the ancient history of the region.

Keywords: History of Africa; Slavery; Lower Congo.

RESUMEN: La trata de esclavos en la historia del África antigua es un tema controvertido en la historiografía del continente. Por un lado, los historiadores sostienen que las estrategias de esclavitud y el comercio de personas es una práctica antigua en el continente, mientras que otros investigadores sostienen que la mercantilización de los seres humanos sólo fue posible con la apertura del comercio transatlántico de esclavos. Utilizando pruebas lingüísticas producidas a partir del método comparativo, este artículo sugiere que la esclavitud es una práctica muy antigua entre las poblaciones bantófonas del Bajo Congo, pero no hay pruebas de un mercado de esclavos en la historia antigua de la región.

Palabras clave: Historia de África. Esclavitud. Bajo Congo.

Como citar este artigo:

Almeida, Marcos Abreu Leitão de. “Escravos e Penhorados como “mercadorias” na África Central Antiga? Sobre o Conceito de Alienação no Baixo Rio Congo (300 AEC – c. 1482)”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 56-86.

Nos múltiplos relatos portugueses sobre as terras e os povos da África Central no século XVI, não foram poucos os que mencionavam, mais ou menos explicitamente, a antiguidade da escravidão na região. Já em 1508 Duarte Pereira dizia que no reino do Congo se poderia resgatar “alguns escravos,” embora “em pouca quantidade” (Pereira, 1991 [1505-1508], 134). Nos anos seguintes, a demanda portuguesa fomentou um intenso tráfico de seres humanos na região, acarretando Afonso I, rei do Congo, a reclamar com o rei de Portugal sobre os prejuízos que o comércio causava em seus domínios (Heywood 2009, 4; Thornton 2010, 42–45). Não obstante, viajantes europeus, sem dúvida interessados no comércio de almas, enfatizavam a naturalidade com a qual o trato era mantido pela população local. Duarte Lopes, por exemplo, escrevendo para o Rei de Portugal sobre as oportunidades que o tráfico de escravos oferecia na região, dizia que o tal comércio poderia se fazer “sem escrúpulos” e argumentava: “os escravos que si rescatan y venden alia entre los mismos gentiles, son sclauos tomados en las guerras que entre ellos hazen, y es la mas corriente moneda de aquellas partes (Lopes 1589, 515-516)”. Da mesma forma, falando sobre as

populações abundantes ao sul do reino do Congo, um relatório escrito em 1594 por jesuítas sobre a presença da companhia na conquista em Angola dizia que o comércio de escravos “há entre elles antiquíssimo e sempre usado, servindose de peças em lugar de dinheiro pera comprarem vestidos, e o mais que hão mister (Anônimo, 1594, 561).¹ Conquanto sejam argumentos interessados, tais declarações são ricos testemunhos sobre a utilização de seres humanos como mercadorias na África Central durante o século XVI. Eles sugerem que a mercantilização de escravos era na região um processo que em muito precedia o comércio Atlântico de escravos. Como, então, entender esse fenômeno?

A longa história da escravidão no reino do Congo é, sem dúvidas, polêmica e espelha a disparidade de opiniões que o tópico suscita entre historiadores do continente (Rodney 1966; Fage 1980; Cooper 1979). Por exemplo, Anne Hilton argumentou que os portugueses não apenas fomentaram a criação da instituição da escravidão na região durante o século XVI, como também intensificaram a prática nos séculos seguintes, um argumento que sem dúvida ecoa a hipótese de Walter Rodney segundo a qual a expansão europeia subdesenvolveu a África (Hilton 1985; Rodney 1966). John Thornton, por outro lado, recorreu a documentos escritos por europeus durante os séculos XVI e XVII para argumentar que líderes congolezes detinham o controle do comércio atlântico em suas terras e que seu engajamento no trato não corrompeu, pelo menos até 1665, os valores éticos que guiavam suas escolhas (Thornton 2004, 124). Quer dizer, a instituição da escravidão não era estranha à sua elite e, pelo contrário, era há muito praticada por centro-africanos. Porém, em livro clássico que trata da longa história da região, *Paths in the Rainforest*, Jan Vansina foi categórico ao afirmar que não há evidência de comércio escravo na África equatorial na história profunda do subcontinente, já que não há, segundo ele, evidência linguística para um “trade in people as commodities” (Vansina 1990, 94). E vai além: os termos que sugerem práticas escravistas, como ***-pikà** e ***-kódè**, só adquiriram seus significados (“escravo” e “prisioneiro de guerra”) a partir da formação de estados no Baixo Congo a partir do século XIV (***-kódè**) ou mesmo depois da abertura do comércio transatlântico de escravos (***-pikà**) (Vansina 1990, 155; Vansina 1989, 352).

Quero neste artigo rediscutir o problema a partir de novas evidências linguísticas com o intuito de redimensionar a história social da escravidão na África Central como um problema de

¹ O documento foi originalmente publicado pelo Padre Francisco Rodrigues em 1936 no Volume II do Arquivo Histórico de Portugal, mas seus nove capítulos foram compostos por ordem de Pero Rodrigues, que escreveu o primeiro. Não há informação direta a respeito da autoria do capítulo 5, citado neste artigo, razão pela qual optei por deixá-lo como anônimo.

longuíssima duração e não somente como uma questão ligada à formação de estados no século XIV ou à abertura do comércio Atlântico a partir do século XVI. Ao assim proceder, pode-se não apenas colocar sob nova perspectiva os frágeis testemunhos sobre o tema durante o primeiro século de contato com europeus, como também jogar luz sobre um velho problema historiográfico: é possível utilizar as evidências linguísticas para estabelecer uma cronologia para a commodificação de seres humanos na África Central?

A dúvida metodológica requer antes que analisemos certos paradigmas epistemológicos. Afinal, em seu clássico livro, Igor Kopytoff e Susanne Miers entenderam que a história antiga da escravidão no continente estaria para sempre perdida e, mesmo que se assim não estivesse, ela seria de todo modo desprovida de sentido (Miers e Kopytoff 1977, 66). Para os autores, a escravidão não era senão parte de um *continuum* de relações constituídas por parentesco e pertencimento, de um lado, e de “pessoas utilizadas como mercadorias (*chattels*)”, de outro. A escravidão, em outras palavras, era uma instituição através da qual líderes absorviam dependentes externos para múltiplas funções, eventualmente integrando-os às redes de parentesco locais (P-P Rey 1969, 415-20; MacGaffey 2008). Assim, para os autores, a escravidão na África antiga é completamente desprovida de historicidade, e a commodificação do homem uma questão dada, embora rejeitassem, *a priori*, a tese segundo a qual a escravidão e o tráfico interno surgissem na África apenas a partir de uma demanda exterior ao continente (Miers; Kopytoff 1977, 67).

A tese de Kopytoff e Miers mobilizava um conceito antigo segundo o qual a economia política da África era marcada pela acumulação incessante da força humana para gerar crescimento, uma vez que a terra, pela sua abundância, seria facilmente apropriada – ainda que Kopytoff, em particular, desse ao conceito uma dimensão política e cultural até então inexistente (Goody, 1963; Kopytoff, 1989, 46). Esse conceito, chamado de riqueza-em-pessoas (*Wealth in people*), guiou para muitos a forma como centro-africanos se engajaram com o comércio atlântico até o século XIX (Miller 1981; Vansina 1990; Schoenbrun 1998). Joseph Miller, por exemplo, viu na acumulação de pessoas, e na troca incessante de tais dependentes por mercadorias importadas pelo comércio Atlântico, o motor subjacente ao endividamento e dependência de elites centro-africanas ao capital mercantil europeu durante o comércio transatlântico de escravos entre os séculos XVI e XIX. Ao contrário de Kopytoff & Miers, entretanto, Miller argumentou que a riqueza-em-pessoas antes do início do mundo Atlântico operava em uma economia política pautada pela ideia de “dom”. Quer dizer, à medida em que as coisas detinham valor de uso, mas não valor de troca, o comércio era pautado por processos inerentemente sociais como a transmissão de heranças, a distribuição de favores, e o compartilhamento de objetos e alimentos (com a lógica subjacente segundo a qual o

receptor de hoje poderia muito bem ser o doador de amanhã) (Miller 1988, 42–62). Nesta lógica econômica, o escravo seria aquele que não poderia *dar* nada senão a sua própria subserviência, e líderes centro-africanos buscavam acumulá-los para aumentar seu séquito de seguidores, ainda que Miller sugerisse, *en passant*, que escravos poderiam ser repassados de mão em mão seguindo a lógica de uma economia do “dom” (Miller 1988, 51). Assim, na interpretação de Miller, nem as coisas, nem muito menos os homens e mulheres, poderiam ser vistos como “mercadorias” na África Central pré-Atlântica posto que careciam da qualidade mais marcante deste conceito: a sua total alienação (Miller 1988, 48–52; Appadurai 1988, 13–15; Patterson, 1982).

A crítica mais contundente ao conceito de riqueza-em-pessoas para a compreensão da política econômica da África central veio da antropóloga Jane Guyer (Guyer 1993; Guyer e Belinga 1995). Baseando-se em relatos de viajantes europeus e da coleção de objetos que adquiriram em suas viagens pela África Central, e que foram guardados no Museu Real da África Central em Bruxelas, Guyer mostrou que a dinâmica econômica da região não era bem compreendida pela lógica do “dom” e tampouco pela lógica mercantil. Afinal, o que se buscava não era *apenas* a *acumulação* de pessoas, como unidade básica de um trabalho abstrato comum em meio a um contexto de escassez demográfica, mas também a *composição* de uma riqueza baseada em dimensões qualitativamente diferentes. Como Guyer resume, “Wealth in people was a regime of quality as well as quantity” (Guyer 1993, 246). Nessa dinâmica, onde as pessoas eram valorizadas pela singularidade que apresentavam, o desenvolvimento da moeda e da mercadoria eram intimamente relacionados com a ideia de alienação, uma vez que, ao contrário do que sugere a teoria do dom, alienação era “the only way of accumulating assets without accumulating liabilities” (Guyer 1993, 257). Assim, o conceito de alienação era fundamental para garantir a lógica de crescimento de sociedades africanas, uma vez que pessoas e coisas poderiam livremente ser imobilizadas ou convertidas, inclusive aquelas que falharam em demonstrar qualquer singularidade na esfera pública e que poderiam ser, por conseguinte, dispensadas como escravizadas (Guyer 1993, 256). Ao contrário de Miller, portanto, Guyer sugeriu que “alienation was probably not a foreign idea introduced with the Atlantic trade” (Guyer 1993, 257).

Entender a historicidade do conceito de alienação de seres humanos na África Central se alinha a proposta mais recente de Miller em compreender a escravidão, no continente africano como de resto no mundo, como uma estratégia social em contextos históricos de rápida transformação (Miller 2009). Nesta estratégia, atores históricos em condição de marginalidade faziam valer seus interesses recorrendo a apreensão de estrangeiros e colocando-os a serviço de seus objetivos. Longe de ver a escravidão como uma instituição a-histórica, como a definição de

Kopytoff & Miers sugeria, Miller propôs que a escravidão tinha uma longa história no continente africano, começando com líderes de comunidades nômades que sacrificavam estrangeiros para reforçar, pela culpa, os laços que formavam na comunidade. À medida em que líderes ambiciosos recorriam a estratégias escravistas para amealhar as capacidades e energias de estrangeiros, eles inventavam novas formas de apreensão e cativeiro. Neste sentido, então, a alienação era parte inerente do processo de escravização na África Central Antiga, embora pouca ou nenhuma evidência tenha sido produzida para confirmar a tese (Almeida 2020a, 2020b).

Assim, o trabalho de Guyer e Miller abriram novos caminhos para que historiadores pensassem a economia política da África Central pré-Atlântica e a forma como atores históricos tais como caçadores, ferreiros, e camponeses construíram formas de pertencimento, e conceitos sócio-políticos, como etnicidade, maternidade, subsistência, e hospitalidade (Klieman 2003; Luna 2016; Stephens 2013; Schoenbrun 1998). O que resta ver, ainda, é a relação entre a vida comercial, escravização e comodificação que permanece como uma questão central não respondida pela historiografia.

É aqui que métodos interdisciplinares baseados na linguística histórica podem auxiliar o historiador. Como afirma Guyer, evidências linguísticas não são mais do que vestígios longínquos para se explorar a “matriz pré-colonial da comodificação,” mas “careful linguistic analysis does offer one piece of the larger reconstructive project”(Guyer 1993, 258).

Sobre os Vestígios Linguísticos: Árvores, Sons e Sentidos

Não existe melhor evidência para um historiador do que evidências linguísticas. Afinal, como bem afirma Joseph Miller, pessoas podem usar palavras para contar mentiras, “but the words they use to tell them, borrowed, modified, and invented in day-to-day conversations, cannot lie about what they thought important enough to dissemble”(Miller 2020, 8). De fato, as evidências linguísticas há muito são apontadas como cruciais para o ofício do historiador social que buscam na história das palavras, como afirmou Lucien Febvre, “capítulos exatos da história das ideias”(Febvre 1989, 208). E, em que pese o declínio da linguística histórica no século XX, as evidências linguísticas foram amplamente recuperadas e utilizadas como vestígios do passado por historiadores do continente africano que viam na reconstrução das palavras uma metodologia fundamental para superar os limites cronológicos e os silêncios dos documentos escritos por outsiders, mormente aqueles produzidos depois da expansão europeia a partir do século XVI (Ehret 1976; 2010; 2012a; Vansina 2006; Schoenbrun, 2018; Luna and Fleisher, 2018). Os vestígios

sociais que o uso e transmissão de determinadas palavras revelam sobre seus falantes, portanto, são importantes *demais* para que o historiador social ignore o potencial dessas fontes.

A linguística histórica oferece dois métodos fundamentais para o historiador: a classificação linguística e a reconstrução lexical. O primeiro método estabelece o grau de parentesco entre línguas contemporâneas. Ele estabelece o parentesco entre línguas modernas para compreender como um ancestral comum divergiu ao longo do tempo, formando o mosaico de línguas correlatas em determinada região do globo. Tais divergências decorrem do acúmulo de pequenas transformações ocasionadas por falantes e ouvintes à medida em que empregam e negociam os significados que aprenderam, enquanto crianças, de seus ancestrais. O efeito cumulativo dessas interações ao longo do tempo em cada dimensão do sistema linguístico (léxico, sintaxe, gramática, etc...) transforma o código linguístico utilizado, o que pode levar à criação de dialetos e à emergência de novas linguagens. Para entender este processo, linguistas e historiadores estudam línguas modernas em determinadas regiões através do método comparativo e modelam a relação histórica entre as variantes estudadas em uma árvore linguística. Cada “nó” desta árvore é compreendido como uma comunidade de fala chamada de “protolíngua”, quer dizer, uma comunidade que não deixou registros escritos e que pode ser reconstituída por inferência. Assim, quando reconstruímos a relação genética entre um grupo de línguas, nós também estabelecemos a existência histórica das sociedades que falaram essas línguas (Ehret 2010, 27). Uma árvore linguística também é objeto do historiador porque, como afirma David Schoenbrun, ela expressa uma relação de descendência genética cujos significados só podem existir na incessante rede social de uso e ação (Schoenbrun 2001, 4).

Uma vez estabelecida uma árvore linguística, a linguística histórica também fornece a possibilidade de reconstruir vocabulários para cada uma das protolínguas reconstituídas, permitindo ao pesquisador entender domínios semânticos pertencentes a diversas práticas sociais, como parentesco, tecnologia, instituições políticas, etc. (Ehret 2010, 29–32; Schoenbrun 2012; Geeraerts 2010). A reconstrução de uma raiz lexical é feita a partir de *regularidades* fonológicas e *padrões* semânticos encontrados em possíveis cognatos que historiadores descobrem em dicionários e documentos escritos nas línguas do mesmo grupo linguístico. A determinação da regularidade fonológica é fundamental para o processo de reconstrução lexical porque indica, com alto grau de confiabilidade, que certos reflexos lexicais (raízes ou morfemas) descendem de um mesmo ancestral comum (Mallory 2006, 50–52). Isto é, tais reflexos são cognatos e, portanto, permitem a reconstrução de uma protoforma.

Por exemplo, entre as línguas indo-europeias, uma língua como o português reteve o fonema /p/ ao passo que o inglês transformou o mesmo fonema para /f/. Assim, sabemos que palavras como “padre”, “peixe”, e “pé” em português são cognatas de “father”, “fish” e “foot” em inglês. De fato, todas descendem de raízes lexicais reconstruídas para o Protoindo-europeu: *pater, *pisk, *ped (Ver Tabela 1). Da mesma forma, as línguas do grupo Bantu no continente africano estão sujeitas a esta mesma regularidade. Sabemos que o verbo *-gakula* “Sacrificar, prestar tributos” em Ntandu, uma língua do leste do Baixo Congo, é cognato do verbo em Kisikongo *-vakula* porque a correspondência entre /g/ em Ntandu e /v/ em Kisikongo é regular, fato que é constatado quando se compara outros cognatos do mesmo grupo linguístico (p. ex. o par *-gáanga* em Ntandu e *-vanga* em Kisikongo, “fazer”) (Ver Tabela 2)(Almeida 2020). Nesse caso, podemos concluir que as palavras semelhantes em línguas vizinhas não podem ser explicadas por empréstimo ou por coincidência: sua regularidade fonológica só pode ser explicada porque tais palavras foram *transmitidas* de geração em geração (Labov 2007).

Tabela 1 - Comparação de três palavras indo-europeias

	*per- (“para”)	*ped-, *pod- (“Pé”)	*pisk- (“Peixe”)
Português	Para	Pé	Peixe
Espanhol	Para	Pie	Pez
Francês	Pour	Pied	Poisson
Alemão	Für	Fuß	Fisch
Inglês	For	Foot	Fish
Holandês	Voor	Voet	Vis

Tabela 2 - Comparação de três palavras em línguas do Baixo Congo

	*-pak- (“preencher”)	*-pang- (“fazer”)	*-pa- (“dar”)
Ntandu	-gak-	-gáang-	-gá-
Kisikongo	-vak-	-váang-	-va-
Punu	-βàγ-	-βáy-	-βáá-

Se a reconstrução fonológica de uma raiz lexical é um método há muito estabelecido, sua reconstrução semântica é tema controverso, posto que a capacidade de significação de homens e mulheres não obedece a regras gerais advindas do aparelho fonador humano (Sweetser 1991). Porém, nas últimas décadas, historiadores, linguistas, antropólogos tem chegado a um consenso sobre como a capacidade de significação do ser humano depende fundamentalmente da interação entre a inata capacidade cognitiva de sua espécie e a sua *experiência* histórica (Ortman 2000; Ortman

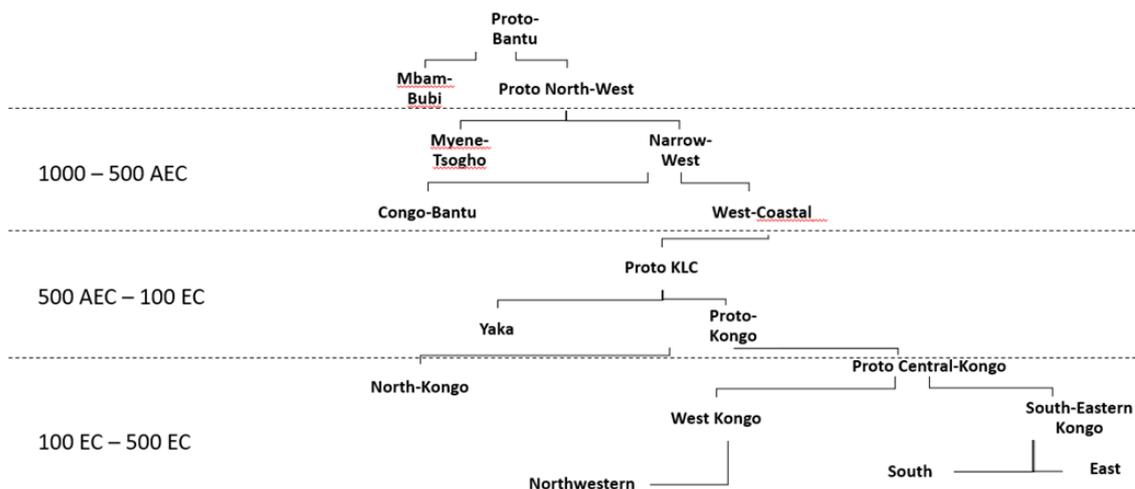
2011; Schoenbrun 2016). Assim, o significado não apenas é conferido pela arbitrariedade com que signos linguísticos se relacionam no interior de um sistema linguístico (como antônimos, sinônimos, etc...), conforme postulava o antigo estruturalismo Saussureano. Como agora se sabe, o processo de significação também é sujeito a alguma regularidade porque é *motivado* pelas experiências físicas de seus falantes (Rohrer 2010). Isto é, os significados derivam, via de regra, do significado mais básico para o mais abstrato. Por exemplo, em diversas línguas Bantu, o verbo para a ação prática de “comer” é também um verbo que significa “poder”, uma vez que falantes de diversas línguas desse grupo linguístico mapearam a experiência de destruir, consumir, crescer e transformar com a experiência que falantes tinham do conceito de poder (Schoenbrun 2012). Da mesma maneira, o substantivo para designar “neto” em Kisikongo, *ntékolo*, deriva do verbo “tekola”, isto é, “ramificar pela segunda vez” (Bentley 1895, 912). O processo de significação, assim, não é simplesmente uma projeção mental *sobre* o mundo, como se mente e corpo não se comunicassem, mas sim uma capacidade humana indissociável de sua presença (i.e., sua corporeidade, experiência e materialidade) *no* mundo, isto é, a experiência corporal é utilizada por seres humanos como um domínio básico através do qual significados, mesmo os mais abstratos, são construídos. A comparação não apenas de dicionários, mas de documentos etnográficos, são assim fundamentais para entender como determinadas expressões e palavras são *usadas* em determinadas línguas de um mesmo grupo linguístico (Luna; Fleisher; McIntosh 2012). Baseando-se em tais métodos, historiadores da África são capazes de traçar histórias não apenas de ideias, como diria Lucien Febvre, mas também de práticas, tecnologias, instituições sociais e políticas, bem como formas de subsistência e outros domínios semânticos. O método pode parecer estranho ao historiador porque ele elide o sujeito histórico que é, afinal, o grande protagonista da história humana. No entanto, ainda que o historiador do passado muito distante não consiga recuperar um determinado ato de fala em um espaço e tempo preciso, tais métodos sem dúvida são capazes de rastrear o *resíduo* de conversas, propostas e discussões a partir dos vestígios que tais debates deixaram na formação de novas palavras, das inovações morfológicas e semânticas que falantes do passado profundo resolveram legar, por uma razão ou por outra, a gerações futuras.

Isolamento, Dependência e Penhora entre Antigos Bantófonos

Portanto, para compreender a longa história das ideias em torno da alienação e escravização entre as populações do Baixo Congo é importante começar pelo contexto em que falantes das línguas bantas se dispersaram na África Equatorial. Conforme estudos baseados em evidências arqueológicas, linguísticas, e paleoclimáticas, antigos bantófonos aproveitaram as transformações

climáticas que abriram clarões na floresta equatorial no primeiro milênio AEC para se deslocarem do que hoje é o sul do Camarões, onde habitavam há muito, para ocupar regiões ao norte da floresta equatorial (Grollemund et al. 2015; Bostoen et al. 2015). Esse deslocamento, lento se levarmos em conta a perspectiva individual, mas relativamente rápido quando observado a partir do ritmo de divergências linguísticas no interior do grupo banto, fora motivado pelo reassentamento de novas gerações que migravam para o sul e deixavam para trás as vilas que um dia foram de seus pais (Vansina 1990, 55; Morin-Rivat et al. 2016). Em torno de 500 AEC, um evento climático abrupto causou a retração dramática das árvores que compunham o dossel florestal, formando um corredor de savanas que ligava o rio Sangha, ao norte, com o Lago Malebo, ao sul (Maley 2001; Garcin et al. 2018; Clist et al. 2018). A nova paisagem da África Central, bem como o espraiamento das populações bantófonas pela região, deu início a um período de prosperidade aos seus novos habitantes (Klieman 2003; Bostoen et al. 2015; Almeida 2020; Seidensticker et al. 2021). Com vilas estabelecidas em diversos pontos do território, e não raras vezes próximos a rios, os novos habitantes bantófonos criaram ampla rede de interações comerciais através das quais trocavam ferramentas, alimentos e conhecimentos, propiciando a rápida circulação da metalurgia, a propagação de novos alimentos mais resistentes e nutritivos, como o milhete e a banana, e o desenvolvimento de novas variantes dialetais que, com o tempo, se tornariam novas línguas bantas (Kahlheber; Bostoen; Neumann 2009; Kahlheber et al. 2014; Clist 2013; Klieman 2003).

Destaca-se neste período de rápido prosperidade e divergência linguística o surgimento de uma nova comunidade de fala que linguistas chamaram de *Kongo Language Cluster* (doravante KLC, ou, em tradução livre, *Grupamento Kongo*), que veio a ser a língua ancestral de todas as línguas modernas do Baixo Congo (Ver Figuras 1a e 1b) (De Schryver et al. 2015; De Schryver e Bostoen 2018). Esse novo ramo linguístico era, por sua vez, originário da comunidade bantófona que havia se estabelecido no lago Malebo em torno de 500 AEC. E, embora não seja possível datar com precisão o seu aparecimento, a nova variante deve ter surgido antes do primeiro milênio da Era Comum, posto que por volta deste período seus descendentes linguísticos já haviam se espalhado por diversos pontos do Baixo Congo há muito tempo (Almeida 2020, 103–6). As comunidades bantófonas, assim, ocuparam o Baixo Congo a partir de subsequentes migrações que tiveram início no lago Malebo e se estenderam até a costa Atlântica.



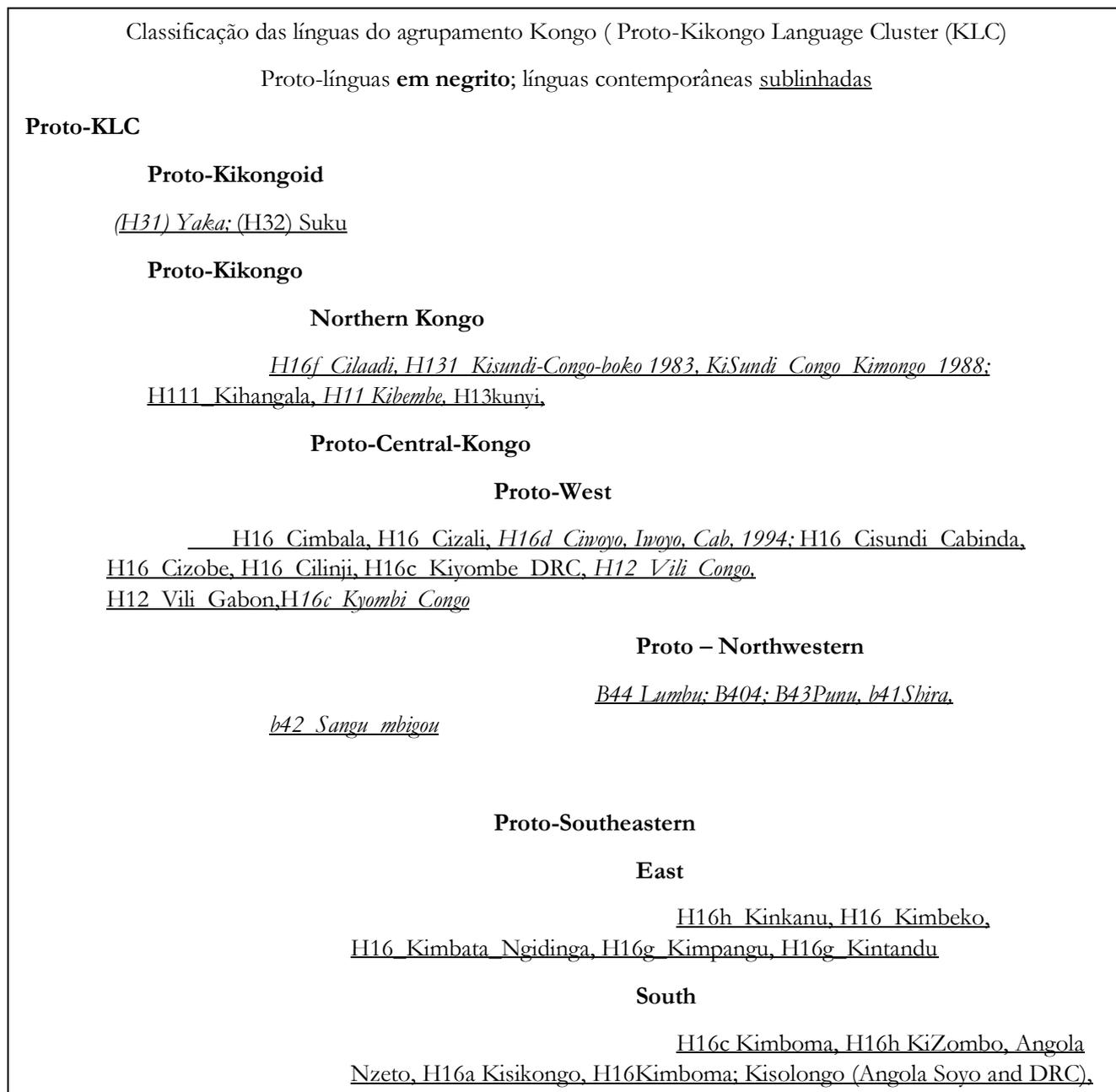


Figura 1a e 1b- Classificação Linguística das Línguas do Baixo Congo (Kongo Language Cluster, KLC)

O Baixo Congo já era há muito habitado por populações nômades e relativamente sedentárias, estas últimas provavelmente falantes de línguas Bantas de outros ramos linguísticos, quando descendentes do grupamento Kongo se estabeleceram na região (De Maret 1986; Denbow 2014; Denbow 2012). Entre esses descendentes, é importante destacar o aparecimento de falantes de um novo ramo linguístico, que pode ser chamado de Proto-Central-Kongo. Esse ramo veio a ser o ancestral de sub-ramos linguísticos que se estabeleceram na costa do Loango e na região ao sul do Rio Congo, que veio a se tornar, muito tempo depois, o centro político do reino do Congo

(De Schryver (G.-M.) et al. 2015; Almeida 2020). Com toda a probabilidade, os falantes de Proto-Central-Kongo eram os responsáveis pela tradição material chamada Kay Ladio (c. 30 – 475 d.C.), o que vale dizer, tais falantes viviam em vilas, eram ceramistas, e conheciam, produziam e manuseavam instrumentos de ferro (De Maret 1986; Clist, de Maret, and Bostoen 2018b; Maret, Clist, and Bostoen 2018).

Como se verá adiante, foi durante este processo de rápida transformação entre os bantófonos da floresta equatorial que as primeiras ideias sobre alienação de seres humanos começaram a aparecer. O que dizer, então, sobre a ideia de mercadoria humana? Por certo, evidências arqueológicas registram que itens como determinados tipos de conchas e pedras já eram trocados desde o início do primeiro milênio AEC ao sul do que hoje é o Camarões (Mbida 1995, 653). Porém, de acordo com Jan Vansina, as coisas não eram senão extensão de seus usuários, informadas que eram, e tão somente, pelo seu valor de uso (Vansina 2005, 29). Para o historiador, o primeiro conceito de propriedade e alienação é apenas visível na virada do milênio quando falantes de proto-Njila, ao sul do Baixo Congo, mobilizaram a raiz *-yéne para significar “proprietário por exclusão dos demais”, uma raiz que poderia ser ligada à lugares, coisas e pessoas, muito embora falantes de proto-Njila, ao utilizar o termo, também mantinham a relação intrínseca entre a coisa e a identidade do seu usuário, como acontecia com seus antepassados (Vansina 2005, 45–46).

Para historiadores da África Central Antiga, como Rhiannon Stephens, o argumento de Vansina requer evidências históricas mais precisas para escapar de modelos teóricos pré-estabelecidos, sejam estes marxistas ou evolucionistas (Stephens 2018, 404). E, de fato, ao rever as evidências linguísticas, é possível argumentar que a forma proto-Njila *-yéne não foi a primeira em que o conceito de alienação foi mobilizado entre as populações bantófonos. Christopher Ehret, por exemplo, sugeriu que falantes de um ramo ancestral da família Banto falado na África Oriental, Proto-Savana-Oriental, trocou o sentido do verbo *-gùla de “vender” para “comprar”, uma mudança de perspectiva na utilização do verbo (do “vendedor” para “comprador”) que só pode ser explicada por um contexto social em que tais atividades econômicas não eram mais abrangidas por um mesmo domínio conceitual, isto é, a “troca”(Ehret 1999, 80). Quer dizer, esta simples mudança semântica sugere a criação de uma atividade econômica impessoal em que mercadorias eram negociadas, e não apenas um jogo social em que presentes eram trocados. E, como afirma David Schoenbrun, ao refletir sobre a possível antiguidade da commodificação de pessoas na África Central:

Transfers of persons outside of pawning e marriage -- between households or institutional settings such as shrines-- may well be extremely ancient; certainly they are at least as old as the sorts of violence and ill-health that could produce exchangeable, socially dislocated persons (Schoenbrun 2006, 53-54).

Schoenbrun sugere assim que os contextos de comodificação de seres humanos são normalmente indissociáveis dos contextos de violência que produzem a vulnerabilidade do cativo. E posto que o vocabulário econômico é por demais vago e incerto para determinar em que momento pessoas poderiam ser comodificadas, é importante indagar sobre os momentos em que antigos bantófonos criaram formas arcaicas de escravidão, violência e de penhora para vislumbrar os momentos em que seres humanos pudessem ser vistos como “transferíveis”.

Assim, se levarmos em conta as evidências linguísticas, antigos bantófonos criaram formas de escravidão em três contextos históricos antes do ano 1000 da Era Comum: (1) no início do último milênio AEC, quando bantófonos antigos iniciaram sua migração pela África equatorial; (2) quando falantes de Proto-Kongo-Central, descendentes dos antigos bantófonos e localizados no Baixo Rio Congo, inventaram novas formas de violência em meio a contatos com antigos residentes da região entre 100 AEC – 500 EC; (3) e, finalmente, em torno de 600 EC, quando falantes de Pronto-Sudeste (Proto-Southeastern), descendentes de Proto-Kongo-Central localizados ao sul do Rio Congo, inventaram uma nova categoria de escravizados.

Analisemos o primeiro período quando, no início do primeiro milênio AEC, antigos bantófonos criaram o substantivo *-piká para expressar a ideia de “dependência extrema” e *-kódé para veicular a noção de captura e penhora. Tanto *-piká quanto *-kódé são reconstruções bastante conhecidas por historiadores. Porém, tenho argumentado que tais interpretações carecem de revisão (Almeida 2020; Almeida e FitzSimons 2022). Jan Vansina propôs que o termo *-piká havia sido criado no período em que a antiga comunidade proto-Bantu, o ancestral comum de todo grupo linguístico do mesmo nome, era falada ao sul dos Camarões há cerca de 4 mil anos atrás. Para Vansina, a raiz significava “dependente recém-chegado” posto que o termo supostamente derivava do verbo *-pik- “chegar”. De forma semelhante, a raiz *-kódé era igualmente antiga (i.e., já existia entre os falantes de proto-Bantu há 4 mil atrás) com o significado de “penhorado”. O termo fora reapropriado por líderes do Baixo Congo que, em torno do século XIV, mudara seu significado para “cativo de guerra” a medida em que seus líderes investiam em guerras para formar novos centros políticos. No entanto, uma análise baseada em todos os cognatos de ambas as reconstruções, bem como uma revisão de suas mudanças fonológicas de acordo com as atuais classificações linguísticas do grupo Banto, não confirma tais conclusões.

Para começar, a raiz *-pika era consideravelmente mais recente, sendo inovada por uma comunidade bantófona conhecida como Proto-Noroeste em torno de 700 AEC, quando alguns de seus falantes haviam se assentado ao norte da floresta equatorial. A etimologia do termo, através do qual podemos compreender como antigos falantes mobilizavam significados para construir novas categorias sociais, não deriva do termo *-píkà- “chegar”, como Vansina supôs, mas de *-pika, um obscuro verbo que expressava as ações “proibir, contradizer” e, mais literalmente, “colocar uma coisa em cima da outra” (note a diferença, nas duas raízes, entre a vogal fechada /i/ para a semifechada /ɪ/). Tal derivação etimológica, portanto, sugere um caminho distinto daquele proposto anteriormente (“chegar” □ “recém-chegado”) e oferece um indício importante para entendermos como antigos bantófonos construíram categorias sociais de dependência no passado distante. Afinal, o que surpreende na coleção de significados expressos nos cognatos do verbo *-pika é o conjunto de ações motivadas por aquilo que linguistas chamam de “dinâmica de força”, isto é, a projeção metafórica da relação física entre duas entidades (“uma coisa em cima da outra”) como relações sociais (“proibir”, “contradizer”, etc.) (Ver figura 2). Tal dimensão semântica, é bom lembrar, é extremamente comum na formação de sentidos. Basta mencionar que tanto português e inglês utilizam-na em formações simples na sua forma literal “ele está *submerso* (he’s *under water*)” ou em forma metafórica, “o país está *sob* lei marcial (the country is *under* martial law). Assim, em ambas as línguas, as preposições *sub* e *under* podem ser entendidas de forma literal (ex., debaixo d’água) ou metafórica (p.ex., submetido ao poder de outrem). No caso de *-pika, as motivações metafóricas derivadas da dinâmica de forças subjacentes ao verbo *-pika explica como antigos bantófonos categorizaram indivíduos em termos de “proibições, interdições” ou “suporte”, isto é, ações que pressupõem sujeitos em relação uns aos outros. De fato, em praticamente todas as línguas em que cognatos de *-pika foram encontrados, a raiz é tida como antônimo da raiz *-kúmú, que conceptualizava a liderança, a honra e o pertencimento individual dentro de uma comunidade (de Luna 2013). Assim, embora o termo não ignorasse que o sujeito categorizado como *-pika fosse de fato um ser humano (a raiz, afinal, utiliza os prefixos 1/2 que categoriza seres humanos nas línguas Banto), o termo sem dúvida expressava o isolamento e a ausência de direitos daqueles que não eram reconhecidos como pertencentes a uma comunidade.

Raiz: *-píkà (1/2) “dependente extremo, escravo”

Etimologia: derivação deverbal do verbo Proto-Bantu *-píkà. A pronúncia muda para *-fíkà entre os falantes de Proto-KLC.

Distribuição: 62 cognatos; exemplos:

North-West: Tsogo: ‘Mo-βeyà, escravo; Okande ‘movega, escravo; Viya: ‘mòvègà, escravo cativo, servo, lit. ‘apoio para a tocha dos brancos’

West-Coastal: Mbetè: ‘o-Yeyà, escravo’; Yaka ‘muhika, escravo’

Njila: Umbundu: ‘upika, escravo; ‘mubika, aquele que carrega’; Mbukushu, ‘escravo, indivíduo em completa submissão’;

Luban (Wide Eastern Bantu): Songe, ‘pika, bufika, escravo’; Luba-Lulua: ‘mufika, muhika’

Figura 2 - Raiz *-píkà (1/2) nas línguas do subgrupo Proto North-West

O segundo termo, *-kódè, surgiu no mesmo período em que antigos bantófonos se estabeleceram ao norte da floresta equatorial, por volta de 700 AEC. Como dito anteriormente, o termo é comumente traduzido como um “penhorado” *oferecido* por comunidades devedoras para aplacar ofensas ou sanar dívidas com seus credores (Vansina, 1990, 152–55). No entanto, uma pesquisa abrangendo a totalidade de seus cognatos não sustenta essa hipótese nem o argumento de que líderes no Baixo Congo alteraram seu significado para se referir a “cativos de guerra” durante as guerras de expansão no século XIV. De fato, embora a penhora de indivíduos seja frequentemente compreendida como uma transferência pacífica de dependentes dos endividados para os credores, o termo está claramente associado à aquisição violenta desses dependentes, sugerindo uma prática de captura *sancionada* por antigos povos bantófonos para sanar dívidas entre populações vizinhas (Almeida, 2020, 430–31). Basta para isso citar dois exemplos (Ver figura 3). Entre falantes de Kimbundu, em Angola, o cognato -kori significa uma “pessoa ou localidade que fica em poder do inimigo como garantia do cumprimento de paz”, ao passo que, em Bemba, no interior da África Central, o cognato -kole significa “pessoa capturada em um saque, mulher oferecida como oferta de paz” (Almeida, 2020, 430). O mesmo significado era utilizado no Baixo Congo até o século XVIII, o que descarta a sugestão de Vansina de que o termo havia sido modificado no século XIV no contexto das expansões políticas que deram origem ao reino do Congo (Caltanissetta 1970 [1691-1701], 31; Bentley, 1887). Não é o caso, e a resiliência semântica da raiz *-kódè oferece um poderoso testemunho da antiguidade de estratégias escravizantes na África Central.

Além disso, quando antigos bantófonos inventaram o termo, eles o fizeram de forma a focar no resultado da ação, isto é, no ato da captura violenta de outro indivíduo. Sabemos disso

porque a palavra é formada a partir de um radical (*-kód “tocar, apreender”) e um sufixo *-e, através do qual falantes de línguas Banto utilizavam para designar o *estado* da coisa ou pessoa como resultado de uma ação (Y. Bastin 1989). Ou seja, antigos bantófonos, no primeiro milênio AEC, desenvolveram uma categoria para designar um indivíduo aprisionado como um objeto inanimado e, portanto, desprovido de qualquer agência. Assim, sem ser simplesmente um “penhorado” ou um “cativo de guerra”, o termo *-kódè é melhor compreendido como um “cativo aprisionado para a sanar dívidas ou aplacar ofensas entre grupos vizinhos”.

Raiz: *-kódè (1/2) ‘penhorado tomado à força’

Etimologia: Inovação da comunidade Proto-Southeastern. Deriva de *-kód “tocar, prender” e é complementado pelo sufixo /*-e/

Congo Bantu: Ntomba: nkoli ‘prisonnier, otage’; Enya: lukole ‘Garantie pour un otage saisi de force’;

West Coastal: Teke-Mfumum: nkoli ‘captif’; Kimbundu: Kakori ‘pessoa ou localidade que fica em poder do inimigo como garantia do cumprimento do tratado de paz’; Luba-Lulua lukole: ‘a person of same village or family as the debtor who is held for the debt’

KLC: Kisikongo: nkole ‘captive’; Yombe: k’ole ‘pand, gage’; Kunyi: kodzi ‘prisonnier, rançon’

Figura 3 - Raiz *-kódè nas línguas do subgrupo Proto North-West. Fontes: Van Gheel (1652); Mamet (1955), Bittremieux (1927); Lumwamu (1974); De Jonghe (1949); Assis Junior (194-); Culloch (1911); Morrison (1906);

As inovações dessas raízes assinalam, assim, dois tipos de distinção social que revelam novas formas de dispensabilidade e aquisição de dependentes durante o último milênio AEC. Elas sugerem também a antiguidade de um conjunto de significados em torno de alienação, captura, vulnerabilidade através das quais antigos bantófonos mobilizavam em conflitos *entre* vilas e *dentro* delas. Porém, ainda que a alienação estivesse sem dúvida presente no significado de ambos os termos, nenhuma evidência inequívoca pode ser encontrada sobre a existência de um tráfico de seres humanos.

Após o surgimento e dissolução da comunidade de fala Proto-KLC no final do último milênio AEC, seus descendentes desenvolveram novas línguas afiliadas que vieram a ocupar o Baixo Congo. Porém, a região há muito era ocupada por fabricantes de instrumentos de cerâmica da tradição Ngovo, com as quais certamente mantiveram contatos em formas de troca e, talvez, comércio (Almeida 2020, 93; Clist, De Maret, and Bostoen 2018a, 50). Uma das novas variantes linguísticas do ramo KLC, que chamamos de Proto-Central-Kongo, se tornou o meio de

comunicação mais utilizado imediatamente ao norte do rio Congo. Não há como saber exatamente quando Proto-Central-Kongo veio a ser falado, mas, a julgar pela correlação entre os dados linguísticos e arqueológicos, estima-se que a comunidade de fala veio a existir entre os séculos I e V da Era Comum. Neste período, os falantes adotaram duas palavras importantes que indicam como as práticas beligerantes e estratégias de alienação de seres humanos foram renovadas em um contexto politicamente e socialmente diverso, onde a aquisição de estrangeiros era, não apenas perfeitamente possível, mas socialmente desejável (Clist, De Maret, and Bostoen 2018b, 443).

O primeiro termo é *-saanza (Figura 4). A mudança fonológica e a ampla distribuição deste verbo por todas as línguas dos ramos Kikongo e Yaka são testemunhos de sua antiguidade: o verbo era certamente conhecido pelos falantes de Proto-KLC quando estes habitavam o lago Malebo para se referir às ações de "espalhar", "dispersar" e "colocar desordenadamente". No entanto, as pessoas que falavam Proto-Central-Kongo alguns séculos depois tomaram esta mesma raiz para inventar um novo sentido: "pilhar". De fato, em todas as línguas que descendem da variante proto-Central-Kongo, a raiz está associada à agressão organizada de uma unidade política autônoma à outra. Por exemplo, em Solongo, uma língua pertencente ao sub-ramo Kongo Meridional (Kongo-South), a associação entre saque e adoção sugere que a aquisição de estrangeiros estava em evidência quando os falantes usavam a raiz. Assim, ao empregar o vago significado “dispersar as coisas” em um contexto de conflito interpessoal, os falantes de Central-Kongo recorreram a experiência sensorial de espalhar objetos para enquadrar, metaforicamente, a ação de produzir caos social, sugerindo a invenção de uma técnica de agressão organizada contra outras vilas.

Raiz: *-saanza ‘Saquear Vilas’

Etimologia: Inovação semântica do ramo Proto-Central-Kongo através de uma extensão metafórica de um verbo do período KLC *-saandza ‘Espalhar, desarrumar’

Kikongoid: Yaka, sáándzá: ‘éparpillar, mettre en desordre’

North KK: Laadi: sàansàlà ‘en desordre’

East KK: Ntandu: sanza, sansa ‘sanza gata, “raffler tout dans la village, pillar, butiner’

South KK: Kisikongo: sanza ‘To despoil, plunder’; praedor, rapio; Solongo: sansa ‘adopter, prendre pour fils’

West KK: Yombe, sáánza: ‘pillar, dépouiller, détruire, sanza buala ‘plunder villages’; Kakongo: sanza, s’emparer qq chose; senza ‘prendre terre’ Ibinda: usanza “to plunder, to depopulate”

Northwestern KK: Vili: sanza ‘Capturer’; Punu: usáánzá ‘chasser, expulser’; Isangu *usaandze* ‘to laugh at, to make fun of’

Figura 4 - Raiz *-saanza nas línguas KLC. Fontes: Van Gheel (1652); London + Besançon (1772+1773); Missão Evangelica d'Angola (s.d.); Butaye 1909; Bentley 1897; Mazunga (2015); Derouet (1896); Bittremieux 1922-7, Anon (1890); Ruttemberg (2000); Jacquot (1982); Polis (1938); De Grauwe (2009); Blanchon (2009); Visseq (1890).

Da mesma forma, os falantes de Proto-Central Kongo também inovaram uma segunda palavra que ligava a aquisição de estrangeiros a disputas morais entre diferentes comunidades, que pode ser reconstruída como *-ivi (7/8) (Ver figura 5). Esta raiz, pouco conhecida, está distribuída de forma desigual em todos os idiomas do Baixo Congo. A correspondência fonológica entre os cognatos é regular, o que significa que os falantes aprenderam e transmitiram a palavra durante um longo período de tempo. No século XVII, o missionário belga Joris Van Gheel havia registrado o substantivo como *qúyui* “pignus [peão, penhorado]” em seu dicionário. Da mesma forma, os dicionários dos séculos XIX e XX de diversas variedades faladas na região registraram cognatos semelhantes que mantiveram a ideia de que o termo significava uma pessoa penhorada, embora em uma ocorrência o termo também significasse “refém de guerra”.

Raiz: *-ivi (7/8), “penhorado [coisa roubada?]”

Etimologia: derivação deverbal do verbo Proto-Bantu *-jib- ‘roubar’

South KK: Kisikongo: ‘kiui, pignus; kivi, gage’

West KK: Yombe: ‘kivi’; Cabinda (“Fiote”): kivi; West (Laman): ki-ivi “gage, otage de guerre, garant”

Northwest KK: Vili: tSifi “Gage”;

Como vimos, a prática era antiga entre as comunidades bantófonas, que utilizavam a palavra *-kódè para se referir a penhorados desde o milênio anterior (Douglas 1964; Falola e Lovejoy 1994; Lovejoy e Falola, 2003). Porém, a invenção de um sinônimo pode ser compreendida a partir da importância e recorrência com que determinado objeto ou prática adquiriu entre os falantes de determinada língua. Que tais práticas estavam sendo praticadas durante o tempo da comunidade proto-Kongo-Central é sugerido pela invenção, no mesmo período, do verbo *-simbisia “penhorar”, ou literalmente, “causar a penhora”. O verbo *-simba, que significa “cessar, reter” é um termo muito antigo nas línguas bantas. No entanto, ao acrescentar o sufixo *-ici, os falantes do Kongo Central transmitiram a ideia de causatividade indireta, ou seja, os falantes tornavam claro que o devedor era, em última instância, *obrigado* a constringer e empenhar um de seus próprios. A invenção do verbo *-simbisia convencionava, assim, a obrigação ideológica e moral de ajustar contas no antigo Baixo Congo entre duas partes diferentes.

Como o antropólogo John Janzen destaca, a penhora forçada de um indivíduo era uma forma de reivindicar justiça no Baixo Congo (Janzen, 1982, 76). A etimologia do *-ivi ressalta a crescente necessidade de liquidar dívidas e ofensas, mas também indicava que a disputa legal poderia ser resolvida através do sequestro, e não simplesmente pela mera obrigação moral da penhora. Os falantes de Kongo-Central, afinal, derivaram a palavra usando a velha noção de *-jīb- "roubar". Ao fazer isso, eles usavam os prefixos nominais disponíveis em suas línguas para acrescentar um prefixo de classe 7 (que categoriza, entre outros domínios, os utensílios e ferramentas) para entender *-ivi como uma *coisa* viva (Katamba 2003). A palavra assim expressava a ideia de uma "coisa roubada", um indivíduo sem agência reconhecida que era tomado unilateralmente pela parte ofendida como um penhorado, um ato cuja violência levou os dicionaristas europeus a definir a palavra como um "refém de guerra". Assim, o surgimento desta nova raiz pode ser tomado como evidência de novas dinâmicas econômicas na região, sugerindo o aparecimento de credores e devedores, estabelecendo assim hierarquias não apenas dentro de linhagens e vilas, mas conflitos *entre* essas unidades sociais. Nestes conflitos, a posse sobre um indivíduo sem agência era transferida de uma comunidade à outra de forma completa (Douglas 1964).

Mais tarde, durante os séculos V e VI, a comunidade Proto-Sudeste, que descendia da comunidade Proto-Kongo-Central e habitava o norte de Angola, inventou pela primeira vez um termo de desprezo através da qual rotulavam forasteiros escravizados: *-pũmbũ (ver figura 6). Seus cognatos aparecem dispersos entre as línguas da região. Além disso, as mudanças fonológicas da primeira consoante (/ *p /) são consistentes com a correspondência regular entre os diferentes idiomas do subgrupo. Juntos, a distribuição e a regularidade da correspondência fonológica sugerem fortemente que falantes de Proto-Sudeste (*Southeastern*) inovaram este substantivo para rotular os indivíduos com o significado comum a todos os cognatos encontrados em idiomas modernos: "selvagem, ignorante, escravo".

Falantes de Proto-Sudeste inventaram o termo, mas ele circulou amplamente na região. Primeiro porque os idiomas do alto rio Congo retiveram a palavra para se referir a "escravos", sem dúvida em um contexto onde os agentes do tráfico de escravos espalharam o uso da palavra a medida em que buscavam escravos entre mercadores do lago Malebo, no interior. Segundo porque esta raiz também foi transferida para Kimbundu, onde foi pronunciada como *mumbumbu*, "ignorante, rude, um homem sem maneiras" (Assis Junior 1940, 382). Existem dois cenários diferentes que explicam este empréstimo linguístico. O aparecimento da raiz /-bumbu/ em Kimbundu pode sugerir que *-pũmbũ já havia sido tomado de empréstimo por seus ancestrais

antes que a mudança fonológica (*p>b) houvesse ocorrido em Kimbundu. Alternativamente, os falantes de Kimbundu tomaram esta palavra em um período posterior, acomodando as características fonológicas de seus vizinhos linguísticos ao som mais natural em sua própria língua, ou seja, a consoante /b/ (Crowley and Bower 2010, 24–25). De qualquer forma, esta situação é testemunho da importância que o termo adquiriu na longa história da região.

<p>Raiz: *-pumbu (1/2) ‘escravo, ignorante, selvagem’</p> <p>Etimologia: Inovação da comunidade Proto-Southeastern. Etimologia incerta. Empréstimo para os falantes de Kimbundu e para as línguas C no alto Rio Congo</p> <p>Proto-Southeastern:</p> <p style="padding-left: 40px;">East: Ntandu: nguumbu “eslave”;</p> <p style="padding-left: 40px;">South: Kisikongo: mvumbu ‘Being the name of a remote up-country tribe it has come to be used as a general term of contempt towards strangers, “bushman, stupid fellow, slave.”; tsotso: nhuumbu ‘escravo’</p> <p style="padding-left: 40px;">Línguas vizinhas: Kimbundu: mumbumbu ‘Rude, Grosseiro, Homem sem educação’; C language: pumbu ‘eslave’</p>
--

Figura 6 – Raiz *-pumbu

Sources: Bentley 1887, Butaye 1909, Polis 1938, Leitão de Almeida 2017; BLR3; Assis Junior (194-)

Como podemos desvendar o significado de *-pumbũ durante o período em que foi inventado, quer dizer, a segunda metade do primeiro milênio EC? A raiz se refere pejorativamente aos costumes e formas de ser daqueles que eram considerados estrangeiros para seus falantes. De fato, suas definições estão cheias de adjetivos porque o sufixo /-u/ sugere que a palavra é um substantivo de qualidade (próximo a um adjetivo das línguas do protoindo-europeu) (de Luna 2013, 139). Embora a etimologia ainda não esteja clara, o substantivo pode ser derivado do verbo *-pumb, “procurar, pedir”. O uso do sufixo /-u/ na raiz sugere que os falantes de Proto-Sudeste criaram um novo conceito para qualificar o indivíduo que vivia do comércio itinerante. Tal derivação se encaixa nas primeiras descrições sobre os “pombeiros”, palavra usada em documentos escritos em português após o século XVI para referir a escravos usados como mercadores no interior. Mas, de forma ainda mais significativa, a raiz acrescenta novas perspectivas sobre o que os próprios falantes de línguas do grupo KLC procuraram alcançar ao empregarem a palavra. Afinal, a invenção de um termo pejorativo sugere que as comunidades do sudeste do Baixo Congo se orgulhavam de uma superioridade que negavam ao estrangeiro, embora não tivessem problemas em empregar suas habilidades. Incorporar as capacidades do estranho enquanto humilhavam seu isolamento sugere, assim, a antiguidade de um discurso que estabelece uma diferença entre o interno e o externo (Glassman 2018). Em outras palavras, o termo ajudava falantes de Proto-Sudeste a traçar limites, limites carregados de noções sobre quem era civilizado e quem era

“bárbaro”, e conferia a seus falantes uma superioridade que era negada aos forasteiros compreendidos como *-pũmbũ.

Conclusão:

A história de vestígios linguísticos na forma de raízes lexicais diz muito sobre as transformações econômicas e políticas pelas quais seus falantes passaram. Sabemos, pelo trabalho de muitos historiadores, que o tráfico transatlântico de escravos tornou intercambiáveis palavras como “negro”, “escravo” e “peças”: palavras de escravização, racialização e comodificação sem as quais a história atlântica seria impossível de contar (Marcocci 2011). Essas palavras foram criadas em diversos momentos, e sabemos quanto uma palavra como “escravo”, por exemplo, é capaz de nos revelar sobre o contexto medieval em que ela foi criada (Kahane e Kahane 1962). Entre os povos do Baixo Congo não é diferente: de fato, em períodos em que as fontes escritas não alcançam mais do que 500 anos, a história de palavras, seus sons e, sobretudo, seus sentidos, é fundamental para que possamos entender a história social e intelectual da região.

Este artigo utilizou evidências linguísticas para responder se a escravização e existência de um mercado de escravos tinham, no Baixo Congo, uma longa duração. As evidências discutidas geraram uma série de hipóteses que podem ser desenvolvidas no futuro à medida em que novas descobertas arqueológicas e linguísticas sejam feitas. A mais importante de todas é que a alienação, enquanto um processo central em práticas escravistas, tem uma longuíssima história na África Central. De fato, palavras como *-pikà, *-kódè, e *-ivi contém em sua morfologia sinais claros de que falantes de diversas línguas Banto entre 700 AEC e 500 EC criaram novos status sociais que apontam para a importância da alienação na produção de novas subjetividades. As duas primeiras palavras foram criadas em um contexto de rápida transformação na paisagem ocasionada por uma profunda mudança climática, o que, por sua vez, permitiu o espraiamento de línguas bantu na África Equatorial, a circulação de novas formas de subsistência e o aparecimento e aumento de novas vilas. A raiz *-ivi surgiu em um momento em que falantes de Proto-Kongo-Central estavam em pleno contato com outras comunidades residentes do Baixo Congo. Tais inovações lexicais, portanto, reforçam a sugestão de Jane Guyer de que a alienação de seres humanos não era uma ideia inventada no contexto da abertura do comércio com o Atlântico no século XV em diante.

A história da palavra *-pikà, neste sentido, é muito clara. Por um lado, a etnografia comparada sugere que a atribuição do status implicava o completo desenraizamento do indivíduo categorizado como tal de sua terra natal, o que é ainda reforçado pelo fato de que a categoria *-pikà era o antônimo de *-kúmú, através da qual antigos bantófonos conceptualizavam a noção de

honra como inseparável da ideia de pertencimento (Iliffe 2005). Por outro lado, é inegável que falantes antigos de línguas Bantu na floresta equatorial jamais deixaram de reconhecer que aqueles denominados como *-pikà preservavam a sua humanidade, posto que o termo era utilizado a partir da classe 1/2, justamente o prefixo nominal que categorizava seres humanos. Do ponto de vista histórico, tal ambiguidade só pode ser compreendida a partir dos limites que aqueles que detinham o poder senhorial se defrontavam em uma sociedade em que os meios de coerção e controle eram ainda muito reduzidos. Mesmo assim, é possível observar mudanças nas relações entre *-kúmú e *-pikà na África Central antes do século XV. Por exemplo, na depressão de Upemba, falantes de uma língua banto chamada Proto-Luba muito provavelmente sacrificavam escravizados para honrar e servir membros da elite. Neste caso, a alienação, enquanto conceito, era total e o escravizado era completamente convertido em um bem de prestígio social para a manutenção da ordem (Almeida 2020).

Os dados linguísticos existentes, porém, sugerem um processo mais ambíguo para a commodificação e a ampla comercialização de seres humanos na região. Antropólogos como Igor Kopytoff e arqueólogos como Timothy Taylor tem sugerido, cada qual ao seu modo, que o processo de commodificação de um indivíduo prefigura, ou mesmo antecede, a commodificação das coisas (Taylor 2005). Não é outra a razão pela qual Taylor foi categórico ao afirmar que a escravidão era a forma original da ideia de propriedade. David Schoenbrun, por sua vez, sugeriu que historiadores poderiam ver nos contextos de intensa violência entre grupos um período em que a comercialização de cativos podia florescer. Porém, não há, como Vansina notou, um conjunto vocabular que dê provas inequívocas da existência de um mercado de escravos na floresta equatorial antes do ano 1500 EC, ainda que, na África Central antes da virada do milênio, e no Baixo Congo até 500 CE, falantes de línguas bantas criaram diversos conceitos para rotular a existência de escravizados que deixavam claro a existência de ideias de alienabilidade em contextos de violência em suas sociedades (Almeida 2020).

Mesmo assim, este artigo sublinha a importância de estudos interdisciplinares para aprofundar debates sobre a escravidão na África Central e, mais especificamente no Baixo Congo. De fato, esta abordagem coloca de lado antigas questões sobre se os africanos conheciam a "instituição da escravidão" antes do contato com os europeus para levantar uma questão mais interessante: que formas de escravidão surgiram como resultado de estratégias sociais promovidas por agentes que procuravam provocar mudanças sociais a seu favor, em contextos específicos? Quando encaradas à luz desta questão, as categorias sociais que os europeus encontraram na área, e que podem ser linguisticamente reconstruídas, não são meramente uma hierarquia sincrônica de

escravizados, mas um conjunto de rótulos sobre escravização, penhora e alienação com *temporalidades* distintas, através dos quais agentes sociais promoveram processos de mudança ao longo da história do Baixo Congo.

Tal perspectiva de longa duração sem dúvida é fundamental para entender a história da escravidão no famoso Reino do Congo a partir do século XIV (Thornton 2018). Após sua expansão—e posterior engajamento com a demanda externa de escravizados por agentes do comércio Atlântico – a elite congoleza criou palavras para rotular os diferentes indivíduos que estavam sendo capturados em guerras por todas as fronteiras do Reino - ou sendo trazidos como cativos por longas rotas de comércio que ligavam Mbanza Kongo com o interior do continente. Quando o Reino implodiu no século XVII e o comércio de escravos atingiu um número sem precedentes, falantes das línguas do reino, como Kisikongo e Solongo, resignificaram estas categorias, colocando-as ao lado de uma nova série de categorias para escravizados. Juntos, estas palavras criaram sistemas de classificação que refletiram e ajudaram aos falantes de línguas do *grupamento Kongo* a dar sentido aos níveis impressionantes de violência, guerra e insegurança que marcaram a região nos séculos 18 e 19. Esta história, no entanto, deve ser objeto de outro artigo.

Quando levamos em consideração a longa genealogia dos conceitos de escravidão na região, fica claro que os relatos de europeus que visitaram a região no século XVI, e que foram analisados por John Thornton, merecem crédito a despeito do óbvio interesse que seus propositores mantinham sobre o tráfico de almas na região. A linguagem da escravidão e da dependência no Baixo Congo é de fato um antigo labirinto de categorias de diferentes períodos e, embora não sejam evidências conclusivas, elas sugerem fortemente a antiguidade do conceito de alienação na África Central.

Bibliografia:

Almeida, Marcos Abreu Leitão de. “Speaking of Slavery: Slaving Strategies and Moral Imaginations in the Lower Congo (Early Times to the Late 19th Century).” Evanston, IL: Northwestern University, 2020.

_____, e William FitzSimons. “Early Slavery in Bantu and Nilotic-Speaking Africa:

The Evidence from Historical Linguistics.” In *Oxford Research Encyclopedia of African History*. Org. Thomas Spear, New York: Oxford University Press, 2022. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190277734.013.842>.

_____. “Slave Sacrifices in the Upemba Depression? Reinterpreting Classic Kisalian Graves in the Light of New Linguistic Evidence”. *Azania: Archaeological Research in Africa* 55, 4, (2020): 421–38. <https://doi.org/10.1080/0067270X.2020.1841965>

Anon. História da Residência dos Padres Da Companhia de Jesus em Angola, e Cousas Tocantes ao Reino e Conquista, em *Monumenta Missionaria Africana* (vol. IV), org. António Brásio [e Miguel Jasmíns Rodrigues]. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011. CD ROM

Appadurai, Arjun. “Introduction: Commodities and the Politics of Value.” Em: *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*, Arjun Appadurai, 3-63. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511819582.003>

Assis Junior, A. de. *Dicionário Kimbundu-Português, Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico. Seguido de Um Índice Alfabético Dos Nomes Próprios*. Luanda: Argente, Santos & Ca, 1940.

Bastin, Y. "Les Déverbatifs Bantous En -E." *Journal of African Languages and Linguistics* 11 (1989): 151-174. <https://doi.org/10.1515/jall.1989.11.2.151>

Bentley, W. Holman. *Dictionary and Grammar of the Kongo Language as Spoken at San Salvador, the Ancient Capital of the Old Kongo Empire, West Africa*. London: Baptist Missionary Society, 1887.

———. *Appendix to Dictionary and Grammar of the Kongo Language*. London: Baptist Missionary Society & Kegan Paul, Trench, Trubner, & Co Ltd, 1895.

Bittremieux, Leo. *Moyambsch idioticon*. Koninklijke Vlaamse Academie voor Taal- en Letterkunde. Uitgaven. Reeks VII, nr. 7. Gent, Erasmus, 1922.

Blanchon, Jean. “Dictionnaire Pounou-Français.”, 2009 (Manuscrito)

Bostoen, Koen, Bernard Clist, Charles Doumenge, Rebecca Grollemund, Jean-Marie Hombert, Joseph Koni Muluwa, and Jean Maley. “Middle to Late Holocene Paleoclimatic Change and the Early Bantu Expansion in the Rain Forests of Western Central Africa.” *Current Anthropology* 56, 3 (2015): 354–84. <https://doi.org/10.1086/681436>

Butaye, R. *Dictionnaire Kikongo-Français, Français-Kikongo*. Roulers: Jules de Meester, imprimeur-éditeur, 1909.

Candido, Mariana P. *Wealth, Land, and Property in Angola: A History of Dispossession, Slavery, and Inequality*. New York: Cambridge University Press, 2022. <https://doi.org/10.1017/9781009052986>

Clist, Bernard, Pierre de Maret, and Koen Bostoen. “Les Débuts de La Céramique, de La Sédentarisation et de La Métallurgie.” em *Une Archéologie Des Provinces Septentrionales Du Royaume Kongo*, orgs. Bernard Clist, Pierre de Maret, e Koen Bostoen. London: Archaeopress, 2018a.

———. “L’Histoire Du Royaume Kongo Revisitée Par l’Archéologie.” em *Une Archéologie Des Provinces Septentrionales Du Royaume Kongo*, orgs. Bernard Clist, Pierre de Maret, and Koen Bostoen. London: Archaeopress, 2018b.

Mbida, C. *L’émergence de Communautés Villageoises Au Cameroun Méridional: Étude Archéologique Des Sites de Nkang et de Ndindan*. Brussels: Université Libre des Bruxelles, 1995.

Caltanisetta, Fra Luca da. *Diaire Congolaise Da Fra Luca Da Caltanisetta*. Org. François Bontick. Louvain: Edition Nauwelaerts, 1970.

Ehret, Christopher. “Subclassifying Bantu: The Evidence of Stem Morpheme Innovation” Em *Bantu Historical Linguistics: Theoretical and Empirical Perspectives*, orgs. Larry Hyman e Jean-Marie Hombart. Stanford: CSLI publications, 1999.

Clist, Bernard. “Our Iron Smelting 14C Dates from Central Africa: From a Plain Appointment to a Full Blown Relationship”. Em *The World of Iron*, org. Jane Humphris and Thilo Rehren. London: Archetype Books, 2013.

- Clist, Bernard, Koen Bostoen, Pierre de Maret, Manfred K. H. Eggert, Alexa Höhn, Christophe Mbida Mindzié, Katharina Neumann, e Dirk Seidensticker. “Did Human Activity Really Trigger the Late Holocene Rainforest Crisis in Central Africa?” *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 115, 21 (2018): E4733–34. <https://doi.org/10.1073/pnas.1805247115>
- Cooper, Frederick. “The Problem of Slavery in African Studies.” *The Journal of African History* 20, 1 (1979): 103–25. <https://doi.org/10.1017/S0021853700016741>
- Crowley, Terry, and Claire Bowern. *An Introduction to Historical Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2010.
- Culloch, J. *Vocabulaire français-ijumu (batéké) précédé d'éléments de grammaire*. Paris: PGeuthner, 1911.
- De Maret, Pierre. “The Ngovo Group: An Industry with Polished Stone Tools and Pottery in Lower Zaïre.” *African Archaeological Review* 4,1 (1989). <https://doi.org/10.1007/BF01117037>
- De Schryver, Gilles-Maurice, R. Grollemund, S. Branford, e K. Bostoen. “Introducing a State-of-the-Art Phylogenetic Classification of the Kikongo Language Cluster.” *Africana Linguistica* 21 (2015): 87–162. <https://doi.org/10.3406/aflin.2015.1044>
- Denbow, James. “Pride, Prejudice, Plunder and Preservation: Archaeology and the Re-Envisioning of Ethnogenesis on the Loango Coast of the Republic of Congo. (Research)(Report).” *Antiquity* 86, 332 (2012). <https://doi.org/10.1017/S0003598X00062839>
- Denbow, James R. *The Archaeology and Ethnography of Central Africa*. New York: Cambridge University Press, 2014. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139629263>
- Derouet, Jean. *Dictionnaire Français-Fiote: Dialect Kivili*. Loango: Impr. de la Mission Catholique, 1896.
- De Schryver, Gilles-Maurice, e Koen Bostoen. “Langues et Évolution Linguistique Dans Le Royaume et l'aire Kongo”. Em *Une Archéologie Des Provinces Septentrionales Du Royaume Kongo*, editado por Bernard Clist, Pierre de Maret, e Koen Bostoen, 153–72. London: Archaeopress, 2018.
- Douglas, Mary. “Matriliney and Pawnship in Central Africa.” *Africa: Journal of the International African Institute* 34, 4 (1964): 301–13. <https://doi.org/10.2307/1157471>
- Ehret, Christopher. “Linguistic Evidence and Its Correlation with Archaeology.” *World Archaeology* 8, 1(1976): 5–18. <https://doi.org/10.1080/00438243.1976.9979649>
- . *History and the Testimony of Language*. Los Angeles: University of California Press, 2010.
- . “Linguistic Archaeology.” *African Archaeological Review* 29, 2 (2012): 109–30. <https://doi.org/10.1007/s10437-012-9116-x>
- Fage, J. D. “Slaves and Society in Western Africa, c. 1445-c. 1700.” *The Journal of African History* 21, 3(1980): 289–310. <https://doi.org/10.1017/S0021853700018314>
- Falola, Toyin e Paul E. Lovejoy. *Pawnship In Africa: Debt Bondage In Historical Perspective*. Boulder: Westview Press, 1994.
- Febvre, Lucien. *Combates Pela História*. Lisboa: Presença, 1989 [1952].
- Geeraerts, Dirk. “Prospects for the Past: Perspectives for Cognitive Diachronic Semantics.” em *Historical Cognitive Linguistics*, orgs. Margaret E. Winters, Heli Tissari, e Kathryn Allan. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010. <https://doi.org/10.1515/9783110226447.333>
- Garcin, Yannick, Pierre Deschamps, Guillemette Ménot, Geoffroy de Saulieu, Enno Schefuß, David Sebag, Lydie M. Dupont, et al. “Early Anthropogenic Impact on Western Central African
-

Rainforests 2,600 y Ago.” *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115, 13 (2018): 3261–66. <https://doi.org/10.1073/pnas.1715336115>

Glassman, Jonathon. "Ethnicity and Race in African Thought." Chichester, UK: John Wiley & Sons, Ltd, 2018. <https://doi.org/10.1002/9781119063551.ch11>

Goody, Jack. “Feudalism in Africa?” *The Journal of African History* 4, n.1 (1963): 1–18. <https://doi.org/10.2307/179609>.

Grollemund, Rebecca, Simon Branford, Koen Bostoen, Andrew Meade, Chris Venditti, and Mark Pagel. "Bantu Expansion Shows That Habitat Alters the Route and Pace of Human Dispersals." *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 112, 43 (2015): 13296–301. <https://doi.org/10.1073/pnas.1503793112>

Guyer, Jane I. "Wealth in People and Self-Realization in Equatorial Africa." *Man* 28, no. 2 (1993): 243–65. <https://doi.org/10.2307/2803412>.

_____, and Samuel M. Eno Belinga. “Wealth in People as Wealth in Knowledge: Accumulation and Composition in Equatorial Africa.” *The Journal of African History* 36, 1 (1995): 91–120.

Heywood, Linda M. “Slavery and Its Transformation in the Kingdom of Kongo: 1491-1800.” *The Journal of African History* 50, 1(2009): 1–22.

Hilton, Anne. *The Kingdom of Kongo*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1985.

Iliffe, John. *Honour in African History*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2005.

Jacquot, André. *Lexique Laadi (koongo)*. Paris: Société d'études linguistiques et anthropologiques de France, 1982.

Janzen, John M. *The Quest for Therapy in Lower Zaire Janzen*. Los Angeles : University of California Press, 1982.

Jonghe, Ed. and Vanhove, Julien De. *Les Formes d'Asservissement Dans Les Societes Indigenes Du Congo Belge*. Bruxelles : Librairie Falk fils / Georges van Campenhout, Successeur, 1949.

Katamba, Francis. “Bantu Nominal Morphology”. Em *The Bantu Languages*, orgs. Derek Nurse and Gérard Phillipson. New York: Routledge, 2003.

Kahane, Henry, and Renée Kahane. “Notes on the Linguistic History of Slavu”. Em *Studi In Onore Di Ettore Lo Gatto E Giovanni Maver*, org. por Giovanni; Gatto [Maver Lo], 345–60. Florence: G. C. Sansoni Editore, 1962.

Kahlheber, Stefanie, Koen Bostoen, and Katharina Neumann. “Early Plant Cultivation in the Central African Rain Forest: First Millennium BC Pearl Millet from South Cameroon.” *Journal of African Archaeology* 7,2 (2009): 253–72. <https://doi.org/10.3213/1612-1651-10142>

Kahlheber, Stefanie, Manfred K. H. Eggert, Dirk Seidensticker, and Hans-Peter Wotzka. “Pearl Millet and Other Plant Remains from the Early Iron Age Site of Boso-Njafo (Inner Congo Basin, Democratic Republic of the Congo).” *African Archaeological Review* 31,3 (2014): 479–512. <https://doi.org/10.1007/s10437-014-9168-1>.

Klieman, Kairn A. “The Pygmies Were Our Compass”: Bantu and Batwa in the History of West Central Africa, Early Times to c. 1900 C.E. Portsmouth: Heinemann, 2003.

Kopytoff, Igor. *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

Labov, William. “Transmission and Diffusion.” *Language* 83,2 (2007): 344–87.

<https://doi.org/10.1353/lan.2007.0082>.

Laman, K. E. (Karl Edvard). *Vocabulaire Kikongo-Français, Français-Kikongo*. Kinshasa: Eglise évangélique du Congo Kinshasa, 1953.

Lopes, Duarte. Relatório de Duarte Lopes (14 de Dezembro de 1589) Em *Monumenta Missionaria Africana: Edição digital* (Vol. IV), org. António Brásio [e Miguel Jasmins Rodrigues]. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011. CD ROM

Lovejoy, Paul E., and Toyin Falola, eds. *Pawnship, Slavery, and Colonialism in Africa*. Trenton: Africa World Press, 2003.

Luna, Kathryn M. de. "Affect and Society in Precolonial Africa." *International Journal of African Historical Studies* 46, no. 1 (2013): 123–50.

_____. *Collecting Food, Cultivating People: Subsistence and Society in Central Africa*. New Haven: Yale University Press, 2016.

_____ e Jeffrey B. Fleisher. *Speaking with Substance: Methods of Language and Materials in African History*. New York: Springer, 2018.

_____, e Jeffrey B. Fleisher, and Susan Keech McIntosh. "Thinking Across the African Past: Interdisciplinarity and Early History." *The African Archaeological Review* 29, no. 2/3 (2012): 75–94. <https://doi.org/10.1007/s10437-012-9123-y>

Lumwamu, F.. “Eléments Pour Un Lexique Kongo-Français (Dialects Dondo-Kamba-Kuni).” *Dimi: Bulletin Du Centre de Linguistique Appliquée et de Littérature Orale*, no. 2 (1974): 20–87.

MacGaffey, Wyatt. “Kongo Slavery Remembered by Themselves: Texts from 1915.” *The International Journal of African Historical Studies* 41, n.1 (2008): 55–76.

Maley, Jean. "La Destruction Catastrophique Des Forêts d'Afrique Centrale Survenue Il y a Environ 2500 Ans Exerce Encore Une Influence Majeure Sur La Répartition Actuelle Des Formations Végétales." *Systematics and Geography of Plants* 71, no. 2 (2001): 777–96. <https://doi.org/10.2307/3668717>.

Mallory, J. P. *The Oxford Introduction to Proto-Indo-European and the Proto-Indo-European World*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Mamet, M. *La langue ntomba telle qu'elle est parlée au Lac Tumba et dans la région avoisinante (Afrique centrale)*. Annalen van het Koninklijk Museum van Belgisch Congo, Tervuren, België. Reeks in 80, Wetenschappen van de mens. Linguistiek, v.11. Tervuren: Tervuren, 1955.

Marichelle, C. *Dictionnaire Vili-Français*. Michigan State University africana. Loango: Imprde la Mission, 1912.

Marcocci, Giuseppe. “Escravos Ameríndios e Negros Africanos: Uma História Conectada.

Teorias e Modelos de Discriminação No Império Português (ca. 1450-1650).” *Tempo* 16, 30 (2011): 41–70.

Maret, Pierre de, Bernard Clist, and Koen Bostoen. “Regards Croisés Sur Le Royaume Kongo”. Em *Une Archéologie Des Provinces Septentrionales Du Royaume Kongo*, org. Bernard Clist, Pierre de Maret, and Koen Bostoen. London: Archaeopress, 2018.

Mazunga, Silvino. *Dicionário: Português-Ibinda*. Cabinda [Angola]: Diocese de Cabinda, 2015.

Miers, Suzanne, and Igor Kopytoff (orgs.), *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1977.

Miller, Joseph C. *The Problem of Slavery as History: A Global Approach*. New Haven: Yale University Press, 2009.

Miller, Joseph Calder. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

Morin-Rivat, Julie, Achille Biwolé, Anaïs-Pasiphaé Gorel, Jason Vleminckx, Jean-François Gillet, Nils Bourland, Olivier J Hardy, et al. “High Spatial Resolution of Late-Holocene Human Activities in the Moist Forests of Central Africa Using Soil Charcoal and Charred Botanical Remains.” *The Holocene* 26, 12(2006): 1954–67. <https://doi.org/10.1177/0959683616646184>.

Morrison, W. M. *Grammar and Dictionary of the Buluba-Lulua Language as Spoken in the Upper Kasai and Congo Basin*. New York: American Tract Society, 1906.

Ortman, Scott. “Using Cognitive Semantics to Relate Mesa Verde Archaeology to Modern Pueblo Languages”. Em *Rethinking Anthropological Perspectives on Migration*, orgs. Graciela Cabana and Jeffery Clark. Florida: University of Florida Press, 2011.

Ortman, Scott G.. “Conceptual Metaphor in the Archaeological Record: Methods and an Example from the American Southwest.” *American Antiquity* 65, 4 (2000): 613–45. <https://doi.org/10.2307/2694419>.

Patterson, Orlando. *Slavery and Social Death: A Comparative Study*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

Pereira, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1991.

Rey, Pierre-Philippe. 1969. “Articulation Des Modes de Dépendance et Des Modes de Reproduction Dans Deux Sociétés Lignagères (Punu et Kunyi Du Congo-Brazzaville).” *Cahiers d’Études Africaines* 9, 35 (1969): 415–40.

Rodney, Walter. “African Slavery and Other Forms of Social Oppression on the Upper Guinea Coast in the Context of the Atlantic Slave-Trade.” *The Journal of African History* 7, 3 (1966): 431–43. <https://doi.org/10.2307/180112>.

Rohrer, Tim. “Embodiment and Experientialism.” In *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*, orgs. D Geeraerts and Hubert Cuyckens. New York: Oxford University Press, 2010. Ruttenberg, Piet. 2000. *Lexique Yaka-Français, Français-Yaka. Languages of the world. Dictionaries* 27. München: LINCOM Europa.

Schoenbrun, David L. *A Green Place, A Good Place: Agrarian Change and Social Identity in the Great Lakes Region to the 15th Century*. Portsmouth: Heinemann, 1998.

_____. “Pythons Worked: Constellating Communities of Practice with Conceptual Metaphor in Northern Lake Victoria, ca Ad. 800 to 1200.” em *Knowledge in Motion: Constellations of Learning Across Time and Place*, orgs. Andrew Roddick and Ann B. Stahl. Tucson: University of Arizona Press, 2016.

Schoenbrun, David. “Representing the Bantu Expansions: What’s at Stake?” *The International Journal of African Historical Studies* 34, 1 (2001): 1–4. <https://doi.org/10.2307/3097284>.

_____. “Mixing, Moving, Making, Meaning: Possible Futures for the Distant Past.” *The African Archaeological Review* 29, 2/3(2012): 293–317. <https://doi.org/10.1007/s10437-012-9120-1>

_____. “Early African Pasts: Sources, Interpretations, and Meanings.” Em *Oxford Research Encyclopedia of African History*, org. Thomas Spear. New York: Oxford Press, 2018 <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190277734.013.147>.

Seidensticker, Dirk, Wannes Hubau, Dirk Verschuren, Cesar Fortes-Lima, Pierre de Maret, Carina M. Schlebusch, and Koen Bostoen. "Population Collapse in Congo Rainforest from 400 CE Urges Reassessment of the Bantu Expansion." *Science Advances* 7, 1, (2021). <https://doi.org/10.1126/sciadv.abd8352>

Stephens, Rhiannon. *A History of African Motherhood: The Case of Uganda, 700-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139344333>

_____. "Poverty's Pasts: A Case for Longue Durée Studies." *The Journal of African History* 59, 3 (2018): 399-409. <https://doi.org/10.1017/S0021853718000415>

Sweetser, Eve. *From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511620904>

Taylor, Timothy. "Ambushed by a Grotesque: Archaeology, Slavery, and the Third Paradigm". Em *Warfare, Violence and Slavery in Prehistory*, org. Michael Parker Pearson e I.J.N. Thorpe, 115-129. Oxford: Archaeopress, 2005.

Thornton, John Kelly. *A África e Os Africanos: Na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Ed. Elsevier, 2004.

_____. “African Political Ethics and the Slave Trade.” Em *Abolitionism and Imperialism in Britain, Africa, and the Atlantic*, org. Derek Peterson. Athens: Ohio University Press, 2010.

_____. "The Origins of Kongo: A Revised Version". Em *The Kongo Kingdom: The Origins, Dynamics and Cosmopolitan Culture of an African Polity*, org. Koen Bostoen e Inge Brinkman, 15-48. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

Van Gheel, Joris. “Vocabularium Latinum, Hispanicum, e Congense.” Mss. Varia, 274. *Biblioteca Nazionale Centrale di Roma*, 1652.

Vansina, Jan. *Paths in the Rainforests: Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*. Madison.: University of Wisconsin Press, 1990.

_____. *How Societies Are Born: Governance in West Central Africa before 1600*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2005.

_____. "How to Distil Words and Obtain Culture History." *History in Africa* 33 (2006): 499-511. <https://doi.org/10.1353/hia.2006.0023>

Visseque, Alexandre. *Dictionnaire Fiot-Français*. Paris: Maison-mère, 1890.

Recebido: 01 de fevereiro de 2023

Aprovado: 12 de abril de 2023